

Brossard denúncias muito pesadas a apurar

CORREIO BRAZILIENSE

Brossard manda apurar denúncia contra o Cimi

17 AGO 1984

ANC p-2

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou ontem, na Base Aérea, que tão logo se concluíam as denúncias contra o Conselho Indigenista Missionário-Cimi, o Governo fará uma investigação e um exame da situação. Para o ministro, que foi ao embarque do presidente José Sarney, as reportagens envolvem assunto de mais alta importância "e eu mesmo não recorde de outra massa de denúncias tão pesada, tão séria e merecedora da melhor análise".

Ele lembrou que o envio à Constituinte de documentos com assinatura de 47 mil austríacos, "propondo uma determinada providência de ordem constitucional é dessas coisas que precisa ser levada a sério, porque não há lógica. É um fato sem precedente e revelador". Para o ministro, "é claro que esses austríacos que assinaram uma folha de papel dificilmente estariam sabendo o que estavam assinando". A iniciativa do documento, segundo ele, seguramente, é para dizer que os índios brasileiros estavam sendo queimados vivos, como uma espécie de inquisição.

Para o ministro da Justiça, o mais grave, entretanto, é a existência de organizações internacionais, por trás dessas articulações e que elas chegam a esse ponto. "Esse ponto é o que me parece particularmente grave", disse.

FUNAI

Manaus — O superintendente regional da Funai, Sebastião Amâncio, assegurou já ter conhecimento,

desde 1984, das acusações contra o Conselho Indigenista Missionário. Jornais venezuelanos denunciaram, na ocasião, o envolvimento do Cimi em uma campanha internacional para separar parte da Amazônia do resto do Brasil, tendo como base a posição da Igreja contra os interesses de grupos nacionais na mineração em áreas indígenas.

Amâncio considerou absurda a ingerência internacional e esclareceu não ser contrário ao Cimi, mas sim a qualquer pessoa que age nas terras indígenas atendendo a interesses estrangeiros. Ele ressaltou a existência na entidade de pessoas que têm dado excelente contribuição aos índios.

Em relação aos convênios que permitem a entrada de missionários nas reservas, informou que isso deve ser feito de maneira a atender os interesses indígenas, avaliados pela Funai.

DEFESA

O coordenador regional do Cimi, Guenter Francisco, disse, em resposta às acusações que atingem a entidade, que são alguns órgãos do próprio Governo, como o Departamento Nacional de Produção Mineral e o Inbra, que vem atuando em benefício de grupos estrangeiros.

— O DNPM já autorizou 215 alvarás de pesquisa em áreas indígenas a grupos multinacionais, representando 40 por cento de todos os alvarás já expedidos para essa finalidade — destacou.